

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUBURETAMA.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**3. DAS JUSTIFICATIVAS:****3.1. DA AQUISIÇÃO**

3.1.1. A educação é um dos pilares de sustentação da sociedade. Um País, um Estado e um Município que investe na educação de seus cidadãos, estão preparados para que possa no futuro próximo contribuir para melhorar os seus índices de desenvolvimento. Assim, a referida aquisição se justifica pela necessidade de segurança, apoio, atendimento de qualidade, demanda reprimida e substituições assegurando acesso e a permanência desses alunos no processo educacional, caracterizando-se em investimento na educação pública municipal por meio de ações promotoras de qualidade da vida escolar, frequência às aulas devidamente uniformizadas, contribuindo assim, para a padronização, organização e valorização do ensino.

3.2. DA ESCOLHA DA MODALIDADE

3.2.1. Quanto à adoção do Pregão, tem-se que é a modalidade de licitação aquisição de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado", conforme preceitua o art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002.

3.2.2. Os bens, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

3.2.3. Isto posto, é cabível então a utilização da licitação na modalidade Pregão, por ser a modalidade com maior celeridade entre as fases processuais, propiciando maior competitividade devido a fase de lances característica da modalidade, culminando invariavelmente para obtenção de proposta mais vantajosa e a contratação com valores conforme a realidade de mercado.

3.3. DA NÃO EXCLUSIVIDADE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

A redação do novel art. 47, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, a exclusividade apesar dos itens que forem estimados, abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serem separados por cotas, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado de acordo com os seguintes motivos:

O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não tem se mostrado vantajoso para a administração pública municipal, principalmente em municípios e órgãos de pequeno e médio porte. Posto que é comum em licitações para bens divisíveis que em havendo cotas, que se verifique a cotação com preços diferentes para os mesmos itens licitados em cotas diferentes.

Há casos em que os preços são divergentes cotados por empresas diferentes, de categorias tributárias diferentes, ou mesmo optantes pelo simples nacional, mas de tipos societários diferentes e há casos em que a diferença de valores cotados ocorre até para mesma empresa, sendo está ME ou EPP, quando participa dos dois lotes ou itens em cotas diferentes.

Saliente-se que tais situações podem representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, causando atrasos processuais para as adequações de preços, assim como o transtorno de ter que se lidar com dois valores distintos para o mesmo item ou lote, muitas vezes frustrando-se licitações ou contratações, por atrasos em entregas de itens ou mesmo rescisões contratuais, além da Administração não ter suas necessidades atendidas a contento.

Quanto a esses pontos a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela



licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: 'para toda regra existe uma exceção'. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, inciso III não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

Noutro ponto observa-se ainda a grande incidência de participação em certames licitatórios, adjudicação e contratações de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações do Município de Uruburetama, em sua grande maioria, o que deverasmente garante as microempresas e empresas de pequeno porte acesso integral e irrestrito as licitações e contratações do Município de Uruburetama.

Outro fator importante é a garantia nos editais de licitação do Município de Uruburetama, do cumprimento das normas contidas nos Art's. 42 a 45 da Lei nº 123/2006 e suas alterações, especificamente no que pertine a garantia da apresentação da regularidade fiscal apenas para a assinatura do contrato e na ocorrência do empate ficto previsto nos Art's 44 e 45 da referida norma legal.

Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei nº 8.666/93 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração" conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

3.4. DA ESTIMATIVA DOS ITENS

3.4.1. As estimativas das demandas para os produtos em pauta, foram elaboradas através de um estudo realizado pela unidade gestora que levou em conta os seguintes dados:

- Consumo realizado nas demandas nos anos anteriores;
- Inexistência de contrato válido para compra dos objetos desta licitação.

3.5. DA ADOÇÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

3.5.1. A adoção do SRP justifica-se nas hipóteses previstas nos incisos I, II, e IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 alterado pelo Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, pois os bens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual por se tratar de produtos diversos podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido.

3.5.2. As quantidades previstas no presente termo de referência são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, e esta secretaria municipal se reserva o direito de adquirir em cada item, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Além disso, com a utilização do SRP será racionalizado o espaço para a armazenagem dos produtos.

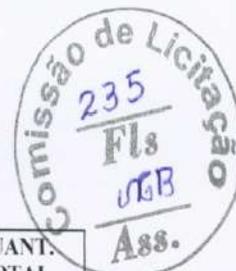
4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1. A aquisição dos bens/produtos tem amparo legal disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADES		QUANT. TOTAL
			FME	FUNDEB	
LOTE 01					
1	ARMÁRIO EM AÇO - COZINHA - SUSPENSO - Especificação: armário de cozinha, suspenso, com 3 portas e 1 prateleira, estrutura e portas em chapa de aço, pintura eletrostática a pó brilhante, puxadores em abs, acabamento metalizado e proteção de verniz uv, dobradiças em aço estampado. Dimensões aproximadas: (lxaxp): 120 x 55 x 30 cm. Cor branca.	UNID.	1	5	6

Alvar



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADES		QUANT. TOTAL
			FME	FUNDEB	
2	ARMÁRIO EM AÇO – ESCRITÓRIO - Especificação: armário em aço, 02 (duas) portas, dimensões aproximada (axlp): 1980x900x400 mm, confeccionado totalmente em chapa de aço 24 (0,60)mm; portas com reforço no meio, tipo ômega, contendo uma fechadura de tampo cilíndrico, embutida na maçaneta e canopla inteiramente metálica, de liga não ferrosa, cromada, com fechamento: sistema cremona com 02(duas) chaves em duplicidade, com 04 (quatro) bandejas com reforço ômega, ajustáveis a cada 50 mm; contendo 06 (seis) dobradiças internas, medindo 75 mm de altura total com 01(um) pino cromado em cada dobradiça; confeccionada em chapa de aço 16 (1.50) mm 03(três) para cada porta; base de aço chapa 16 (1.50) mm com nivelador, com acabamento em polipropileno preto na sua extremidade. Todas as partes metálicas deverão passar por tratamento anti-ferrugem, através de banhos químicos fosfatizante em pintura eletrostática epóxi pó, poliéster, cor cinza, texturizada, com uma camada mínima de 40 micras, com secagem em estufa a 240 graus.	UNID.	5	15	20
3	ARMÁRIO EM AÇO – VESTIÁRIO - Especificação: armário em aço, para vestiário, tipo roupeiro, com 16 portas em chapa 26 e suporte para cadeados, com venezianas de ventilação, laterais em chapa 26; pintura eletrostática a pó, com tratamento anti ferruginoso e secagem estufa a 300°C, medidas aproximadas externas (axlp): 188x120x42 mm.	UNID.	5	20	25
4	ARQUIVO PARA ESCRITÓRIO , aço, 4 gavetas., Arquivo em aço para escritório, com 04 gavetas, fechadura cilíndrica, chapa de aço 22, pintura fosfatizada contra ferrugem, cor cinza, gavetas de aço e roldanas resistentes com chapa de aço 22, puxadores embutidos e porta etiqueta. Dimensões 470 x 710x1330 mm (LxPxA), com variação de +/- 5% na cor cinza.	UNID.	3	15	18
5	ESTANTE DE AÇO - Estante / prateleira Estante De Aço 06 Prateleiras Multi-Use Reforçada 40cm Cinza Estante deve possuir 6 bandejas reguláveis e super resistentes. Também possuir pés com sapatas plásticas de proteção. Prática e versátil, é de fácil montagem, com a simples colocação de porcas e parafusos unindo as bandejas. Pintura eletrostática epóxi de alta qualidade e durabilidade. Altura: 1,98m Largura: 0,92m Profundidade: 0,40m Capacidade da bandeja: 30kg	UNID.	5	20	25
LOTE 02					
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT (PAREDE) cap. 18.000 btus, c/controle remoto, com instalação e teste (com distância de até 5 (cinco) metros da unidade condensadora para unidade evaporadora). Garantia de 01 (um) ano do fabricante, com assistência técnica local.	UNID.	2	4	6
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS - AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU'S , tensão 220 v 60hz. Compressor rotativo, com 03 velocidades de insuflamento. Unidade a de condensadora externa. Controle remoto. Manual técnico e de operação em português. Assistência técnica em fortaleza. Garantia mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data de entrega dos equipamentos, devidamente testados e comprovados o perfeito estado de funcionamento dos mesmos, contra defeitos de fabricação e incluso selo procel A.	UNID.	3	0	3
3	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT piso teto de 30.000 BTU'S . VERSÃO: frio capacidade mínima: 30.000btus. classe: a ou b tensão: 220 v. consumo máximo: 60.1 kwh/mês frequência: 60 hz. gás r410a, controle remoto: sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. filtro de ar de tela anti- pó lavável garantia: 2 anos.	UNID.	0	6	6
LOTE 03					
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX 03 TORNEIRAS - especificação: bebedouro industrial em aço inox, com 03 torneiras, com filtro, capacidade 100l, construído em estrutura tubular de alumínio, revestido externamente em aço inox 430, bandeja em aço inox, tanque interno em aço inox 304, serpentina em tubos de aço 304, isolamento térmico em poliestireno, torneiras de pressão com alongadores cromados, com 03 torneiras. medidas aproximadas (axlc): 1,30m x 0,44m x 1,50 m, serpentina 18,00m, compressor 1/5 hp, volts 220w, frequência 60hz e potência 308w. (instalação no local pelo fornecedor).	UNID.	0	5	5
2	FOGÃO INDUSTRIAL 2 bocas Baixa pressão sem forno Descrição: Espalhadores e bases dos queimadores em ferro fundido mesa de aço carbono, perfil de 50mm pintada na cor preto fosco trempe de ferro fundido 300x300mm, pintada na cor preta registros de gás com manipuladores expostos de fácil manuseio pés fixo mesa, bandeja e corpo do produto em pintura epoxi baixa pressão Especificação Grelha fundida 30/30 Queimador 1 Duplo e 1 Simples Gambiarra pintada ou zincada Registro Cromado Cor - Preto Dimensões Altura - 80 cm Profundidade - 50 cm Comprimento - 75 cm	UNID.	0	2	2
3	FOGÃO INDUSTRIAL com 04 bocas em ferro fundido com chamas triplas, com bandeja para resíduos, injetor de gás na horizontal pra evitar o entupimento e regulagem da altura da mesa, dando mais praticidade para cozinhar. Queimadores anteriores em ferro fundido com chama tripla e controle individual ads chamas externas e internas; 02 queimadores posteriores em ferro fundido com chama dupla. Dimensões aproximadas do produto (L x A x P): 83 x 75,5 x 49 cm	UNID.	1	5	6
4	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM FORNO - Especificação: fogão industrial, grelhas medindo 30x30 cm, com 6 bocas, sendo: 3 queimadores duplos e 3 queimadores simples, em ferro fundido, gambiarra de 3/4 e tampões e adaptadores de	UNID.	0	2	2

Alvar



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADES		QUANT. TOTAL
			FME	FUNDEB	
	¾" em alumínio fundido. bandeja aparadora. pintura eletrostática. Medidas aproximada (axlxp): 800x1.080x 820 mm.				
5	LIQUIDIFICADOR - TIPO: SEMI INDUSTRIAL; 03 velocidades; Copo: de aço inox, de 02 Litros; Tensão: Bivolt	UNID.	1	4	5
6	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4 LITROS - Especificação: liquidificador industrial, confeccionado em aço inox e nylon com fibra. 1 velocidade. Capacidade 4 litros. Copo em inox e tampa de alumínio. Bivolt. Potência 850w. Cor: base preta e corpo aço inox.	UNID.	0	10	10
7	EXTRATOR DE SUCO INDUSTRIAL: em aço inox, capacidade mínima de 01 lt. peneira, com produção aproximada de 15 laranjas/minuto, 220 v.	UNID.	1	4	5
LOTE 04					
1	FOGÃO TIPO DOMÉSTICO COM 4 BOCAS , tipo de fogão: piso com pés altos, material: aço com pintura eletrostática a pó e painel frontal em aço inoxidável, queimadores em alumínio forjado, chama simples, forno autolimpante com sistema de iluminação, injetor de gás horizontal, tipo de gás glp natural (gn), acendedor automatico, bivolt, eficiencia energetica classe a. produto certificado pelo inmetro.garantia 01 ano(3 meses garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante).	UNID.	1	3	4
2	BEBEDOURO (GELAGUA) DE COLUNA com 02 torneiras (natural/gelada,) capacidade do reservatório de 1.8 lt suporte de galão de até 20 lts, para 1 tubo de água mineral, cap. 3,5 litros/hora de água gelada, termostato frontal com 7 níveis: 5° e a 15° c; alimentação 220v; faz a abertura automatica do garrafão; alças laterais, certificado do inmetro	UNID.	1	5	6
3	FREEZER HORIZONTAL 1 PORTA - Especificação: freezer horizontal 309l, possui controle eletrônico, para programar a temperatura facilmente. flexível, permite escolher entre os modos freezer ou refrigerador. com o dreno frontal e possui 4 rodinhas nos pés, que facilitam a movimentação do produto. classe a, branco. cor branca, garantia 12 meses.	UNID.	0	3	3
4	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS - Especificação: freezer horizontal - dupla ação: conserva alimentos congelados e resfriados; gabinete interno em aço galvanizado com cantos arredondados; gabinete externo pintado a pó; dreno frontal com tampa; gás r134a; rodízios rotativos; tampas balanceadas. capacidade bruta 505 litros. capacidade líquida 439 l. branco. garantia 12 meses.	UNID.	1	3	4
5	REFRIGERADOR FROST FREE 300 LITROS - Especificação: refrigerador frost free, congelador com capacidade de 300 litros (refrigerador 253 litros, freezer 47 litros), gelo fácil, compartimento extra frio, controle eletrônico externo, pés niveladores, grades removíveis, gaveta, porta ovos, porta latas, separador de garrafas, porta reversível, voltagem 220v. Cor branca. Selo PROCEL "A" (baixo consumo de energia). Garantia 12 meses	UNID.	2	10	12
6	BALANÇA ELETRÔNICA BANCADA 40KG 110/220V - Dimensões do produto 10 x 30 x 30	UNID.	1	0	1
7	Balança Plataforma Digital 200Kg/50g , Dimensões do produto 104 x 53 x 45 cm; 15 Quilogramas	UNID.	1	0	1
LOTE 05					
1	CADEIRA DE SALA DE ESPERA LONGARINA - com barra tubular metálica 4 lugares 30 x 50 mm preta com pés metálicos pretos com revestimento em polipropileno e sapatas. Suportes do assento e encosto metálico pretos em tubo oblongo de 16x30 mm com espessura de 1,2 mm e travessas metálicas. Assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica na cor preta.	UNID.	3	0	3
2	CADEIRA FIXA ACOLCHOADA sem apoia braços cadeira fixa, material assento compensado/espuma injetada, material encosto compensado/espuma injetada, material estrutura tubo aço, material revestimento assento e encosto tecido polipropileno, densidade espuma assento e encosto média, acabamento estrutura cromado, tipo base fixo, tipo encosto fixo, características adicionais sem braço, cor preta, tipo 4 pés.	UNID.	15	30	45
3	CADEIRA TIPO SECRETARIA S/ BRAÇO FIXA - cadeira fixa, sem braço, 4 pés, empilhável, estrutura em aço tubular na cor preta, assento e encosto em polipropileno na cor preta.	UNID.	20	40	60
4	CADEIRA PLÁSTICA - Especificação: cadeira plástica, confeccionada em polipropileno com aditivos, empilhável, estrutura com encosto reforçado, inteira, sem braço. Resiste a uma carga estática de até 154 kg. Certificada pelo Inmetro. Possui 1 (um) ano de garantia, na cor branca. Dimensões aproximadas: 510mm x 430mm x 890mm (cxlxa).	UNID.	100	600	700
5	MESA QUADRADA DE PLÁSTICO - Especificação: mesa quadrada de plástico em polipropileno empilhável, cor branca. Dimensões aproximadas: 70cmx70cm	UNID.	20	30	50
6	QUADRO AVISO EM CORTIÇA 100 X 70: Quadro de Aviso em Cortiça Moldura Madeira 100x70cm. Com dupla camada de papelão rígido, coberto com folha de cortiça natural de 1mm. Moldura confeccionada em madeira de pinus e envernizada.	UNID.	2	0	2
7	QUADRO BRANCO 90X120: Quadro branco: Quadro branco para uso de marcador de quadro branco. 90x120cms Tela em chapa de fibra de madeira. Pintura UV de alta	UNID.	2	10	12



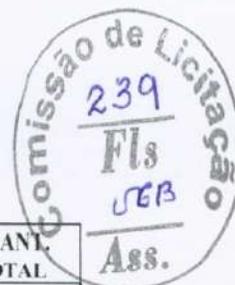
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADES		QUANT. TOTAL
			FME	FUNDEB	
	durabilidade. Moldura em alumínio natural. Porta marcador e apagador. Com acessórios para fixação na parede.				
8	QUADRO BRANCO 2,00 X 1,00 - Quadro branco para uso de marcador de quadro branco. 200x100cms Tela em chapa de fibra de madeira. Pintura UV de alta durabilidade. Moldura em alumínio natural. Porta marcador e apagador. Com acessórios para fixação na parede.	UNID.	2	20	22
LOTE 06					
1	MESA PARA ESCRITÓRIO (BIRO) - Especificação: mesa para escritório, com 02 gavetas, reta, confeccionada em mdf 25mm, com reforço em aço nos pés e laterais, fechadura e chaves de tranca integral, dimensões aproximadas (axpxc): 0,75x0,60x120 cm. Cor CINZA	UNID.	10	40	50
2	Conjunto Escolar Infantil - Conjunto Escolar Infantil 4 Cadeiras, Mesa - Tampo em madeira aglomerada (MDP), Estrutura da mesa compostas de: - Pés confeccionados em tubo de aço carbono, laminado a frio, com costura. Ø = 38 mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5 mm); - Travessas em tubo de aço carbono, laminado a frio, com costura, secção retangular de 20 mm x 40 mm, em chapa 16 (1,5 mm); - Segmento de tubo h = 40 mm, em chapa 16 (1,5 mm). Cadeiras - Assento e encosto em polipropileno copolímero	UNID.	0	40	40
3	Mesa para impressora , sem gavetas MDF, Medidas: 50 x 50 x 74 Pés de metal	UNID.	10	25	35
LOTE 07					
1	CAIXA ACÚSTICA: CAIXA DE SOM - 2 CAIXAS ACÚSTICAS (ATIVA + PASSIVA) 1x15 + PEDESTAIS FALANTES - MÉDIO-GRAVE E AGUDO: Potencia do amplificador: 1400W (700+700) Resposta de frequência: 50hz - 25Khz 1 - Entrada auxiliar 1 - Saída auxiliar Entrada: de usb/ bluetooth Equalização - Treble, Bass. Voltagem: 220v/110v Cada caixa contém: 1 - Woofer 15" Selenium 1 - Driver Titanium Dimensões: Largura: 48cm, altura: 60cm, profundidade 41,5cm.	UNID.	1	2	3
2	MICROFONE SEM FIO JWU U-585 dinâmico unidirecional preto com receptor, cabo xlr ou similar	UNID.	2	0	2
3	SMART TV LED 43" especificações: cor: preto. tamanho da tela polegadas: 43. tipo de tela: tela led. conversor digital: sim. conectividade: wi-fi. ethernet. portas usb: 1. hdmi: 2. áudio: potência de saída de audio: 10w + 10w. tipo de auto falante: 2ch. consumo de energia: 120w. tensão: ac100- 240v 50/60hz. vesa: 200 x 200 mm.	UNID.	1	5	6
LOTE 08					
1	COMPUTADOR COMPLETO , Processador CORE I3, 64 bits, Memória RAM DDR 3 de 4 Gb (Expansível até 16 Gb), c/ DVDRW, HD de 1000 Gb; Monitor Led 21,5".	UNID.	5	10	15
2	COMPUTADOR COMPLETO ALL IN ONE 4GB 500 GB HD - COMPUTADOR ALL IN ONE INTEL CORE I5 4GB 500GB LED no mínimo de 18,5 WINDOWS 10; informações técnicas: processador: intel core i5 oitava geração (2.2 ghz a 4,7ghz, 3mb a 12mb cache) com intel turbo boost ; chipset: soc (funcionalidades integradas ao processador); sistema operacional: Windows 10 home single linguagem, tratamento antirreflexo, resolução de 1366 x 768; memória ram: 4 gb ddr3 sdram (1600 mhz, non- ecc) 1x slot so-dimm com suporte de até 32 gb; disco rígido (hd): 500 gb, sata iii, 2,5"); leitor de cartões: sd / mmc / ms / ms pro; webcam integrada; gráficos: intel hd graphics 5500 integrado ao processador. Audio de alta definição integrado; entrada P2 microfone e 2x alto-falantes estéreo embutidos; Entrada RJ45 e wireless (rede sem fio de 2.4ghz a 5 ghz); COMPUTADOR CORE I5 - Especificação: computador core i5, cpu s1155 core i5 3330s 2.7 ghz 6mb tray, gravadora de dvd sata preta 22x, placa s1155 h61m-k (s,v,r), hd p/ desk 1tb 7200rpm sata iii, gab s/f 3b n49 preto c/leitor de cartão, memória ddr3 4gb 1333 dhm, fonte 500w real atx, cooler box e97378 1155/1156, mouse óptico usb, teclado ps2. Sistema operacional Windows 8.1.	UNID.	3	0	3
3	COMPUTADOR CORE I5 - Especificação: computador core i5, cpu s1155 core i5 3330s 2.7 ghz 6mb tray, gravadora de dvd sata preta 22x, placa s1155 h61m-k (s,v,r), hd p/ desk 1tb 7200rpm sata iii, gab s/f 3b n49 preto c/leitor de cartão, memória ddr3 4gb 1333 dhm, fonte 500w real atx, cooler box e97378 1155/1156, mouse óptico usb, teclado ps2. Sistema operacional Windows 8.1.	UNID.	10	5	15
4	ESTABILIZADOR , potência máxima 500va. 110v. quatro tomadas. garantia do fornecedor 12 meses.	UNID.	6	10	16
5	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL (IMPRESSORA/COPIADORA E SCANNER) TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO: LASER; velocidade copiadora preto com: até 21; resolução máxima copiadora: até 1200x600 DPI; capacidade de entrada máxima de folhas: 250; capacidade entrada padrão: 250; ciclo mensal: 8.000 páginas; porta usb: 01; papel a4 (210x297mm): sim; papel a5 (148x210mm): sim; papel executivo: sim; papel ofício 2 (216x330 mm): sim; porta de rede ethernet (RJ45) 10/100, tensão de entrada bivolt. Garantia mínima de 1 (um) ano.	UNID.	2	6	8
6	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM TANQUE DE TINTA - Impressora (jato de tinta c/ tanque de tinta original de fábrica) multifuncional (impressora/copiadora e scanner), entrada USB, RJ45 (opcional) e Wifi, com impressão igual ou superior a 20 páginas por minuto, resolução de 1200x600, com ciclo mensal de até 5000 páginas, papel a4 (210x297mm): sim; papel a5 (148x210mm): sim; papel executivo: sim; papel ofício 2 (216x330 mm): com capacidade máxima de 100 folhas na bandeja;	UNID.	2	3	5

Alvaro



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADES		QUANT. TOTAL
			FME	FUNDEB	
7	NO-BREAK - Especificação: no-break 700 se 700va, frequência de 60hz, carregador inteligente, entrada auto saída 115v, bateria interna selada 12v9ah, com proteção contra queda e oscilações de energia, autonomia de 20 minutos, carregador de bateria automático, filtro de linha embutido 4 tomadas, tempo de recarga de 6hs microprocessador, audível rede inversor bateria, estabilizador 4 estágios.	UNID.	2	5	7
8	NOTEBOOK PROCESSADOR CORE I5 - Especificação: processador core™ i5-4210u 1.7 ghz com turbo boost até 2.7 ghz cache 3 mb, sistema operacional windows 8.1, tela 14" led backlit display com truelife e resolução hd de 1366 x 768, gravador de dvd/cd, leitor de cartão: sd, sdhc, sdx. Bluetooth 4.0, wireless 802.11 b/g/n, webcam hd resolução 720p com microfone integrado, dois alto-falantes integrados, memória ram 4 gb ddr3l 1600 mhz, ddr3l, disco rígido (hd)1 tb sata 5400 rpm, portas usb 1 (3.0), 2 (2.0), rj45, saída hdmi, rede 10/100, placa de vídeo integrada, com tecnologia hd graphics 4400, placa de som waves max áudio, teclado abnt, mouse touchpad eletrostático, bateria 4 células 40 wh, duração aprox. Da bateria (h) até 7 horas. Voltagem bivolt. Cor preta.	UNID.	3	3	6
9	PROJETOR (DATA SHOW) - projetor 3600 hdmi branco 100v/240v brilho da imagem: 3600 lm, tamanho da imagem: remoto: sim, com alto-falante: sim, resolução nativa: 800 px x 600 px, altura x comprimento x profundidade: 120 mm x 296 mm x 221 mm, peso: 2.3 kg 30" - 300 ", conexões de entrada: vga, s-video, video rca, hdmi, usb mini-b, jack 3.5 mm, rs232c, fontes de luz: lâmpada, com modo eco: sim, com controle	UNID.	2	10	12
10	SWITCH 24 PORTAS - Especificação: switch 24 portas fast ethernet 10/100 + 2 portas gigabit ethernet 10/100/1000.	UNID.	2	3	5
11	TELA DE PROJEÇÃO - Especificação: tela de projeção, 1,80 x 1,80 m, portátil, com acionamento manual, formato quadrada 1:1 matte white (branco opaco) com bordas pretas para perfeito enquadramento da imagem, estrutura em aço carbono, pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões, estojo na cor preta, poste central de sustentação e pé com superfície pintada de alta resistência, assegurando maior qualidade e durabilidade. Altura aproximada do tripé 510 mm.	UNID.	1	0	1
12	Auto Transformador 2000VA Bivolt 110/220 e 220/110	UNID.	2	2	4
13	FRAGMENTADORA DE PAPEL 15 FOLHAS - Especificação: fragmentadora de papel, com capacidade para triturar até 15 folhas de 75g, cesto com capacidade de 26 l, possui nível de segurança p-4 com fragmentação em partículas.	UNID.	2	0	2
LOTE 09					
1	VENTILADOR DE COLUNA - Especificação: ventilador de coluna, com regulagem de altura (coluna ajustável), 40 cm, 6 pás, 3 velocidades	UNID.	5	10	15
2	VENTILADOR DE PAREDE (TUFÃO) - Especificação: ventilador de parede com grade metálica na cor preta, equipado com protetor térmico, 3 hélices com diâmetro de 22", com potência de 1/4cv — 200w 1 rpm: 1300 máxima, bivolt, 1 velocidade, regulável.	UNID.	10	230	240
LOTE 10					
1	FURADEIRA DE IMPACTO - Especificação: furadeira de impacto, podendo perfurar concreto, madeira e aço, potência 550 w, resistente mandril de 13 mm feito em metal de alta qualidade.	UNID.	1	0	1
2	TENDA SANFONADA em PVC 3x3m ESTRUTURA: Pantográfica (dobrável) em AÇO GALVANIZADO de alta resistência (chapa 20), o que descarta qualquer possibilidade de ferrugem. Possui furos nos pés para opção de fixação ao solo. COBERTURA: Confeccionada em PVC (Policloreto de Vinila) 100% impermeável, anti-chamas, possui bom isolamento térmico, alto brilho e não desbota, é reforçado nas áreas de maior atrito com as ferragens para proporcionar maior durabilidade ao produto. Indicada para os casos de exposição contínua ao sol e a chuva. Possui vida útil longa. A fixação é feita apenas na primeira montagem, permanecendo instalada para as demais armações. Quando Fechada -> Altura: 1,50mts, Largura: 25cm, Comprimento: 25cm Quando Aberta -> Possui regulagem para 3 níveis de altura interna: 1,90mts, 2,00mts e 2,10mts. Altura externa até o topo: 3,00mts. COR VERDE	UNID.	10	0	10
3	GUILHOTINA com estrutura em aço temperado, tipo facão, régua com escala em milímetros, corte com capacidade de 10 fls, extensão de corte mínimo da faca medindo 300 mm, comprimento mínimo da mesa 420 mm, e largura mínima de 390mm.	UNID.	2	0	2
4	PERFURADORA PARA ENCADERNAÇÃO com espiral até 20 fls material aço, alumínio e plástico, capacidade de furação 20 fls de 75g.	UNID.	0	2	2
5	CARRINHO PARA TRANSPORTE de cargas em metal com dois pneus e câmara de ar.	UNID.	1	0	1
6	CARRINHO DE MAO EM METAL , com eixo movel, com pneu e câmara 3.25 x 8, cacamba em chapa 16', estrutura reforçada e pes em barra chata de 1 ¼ x 3/16, com cacamba parafusada a armação dos pes, capacidade mínima de carga 200kg, peso aproximado 19,6kg	UNID.	2	0	2
7	ROÇADEIRA MANUAL - Roçadeira à Gasolina 2 tempos Tipo Lateral 45 CC Potência Mínima 2 kw / 2,7 Hp. Com Os Seguintes Acessórios Inclusos: Cabeçote Com Fio De Nylon, Lâmina 3 Pontas, Disco Circular Para Uso Em Áreas Florestais e Cinturão Ergonômico.	UNID.	2	0	2
LOTE 11					
1	POLTRONA ACADÊMICA EM RESINA TERMOPLÁSTICA - Poltrona Escolar com prancheta universitária para destro ou canhoto em resina termoplástica	UNID.	0	300	300

Alcides



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADES		QUANT. TOTAL
			FME	FUNDEB	
	ABS, capaz de comportar a totalidade de uma folha de papel A4 na horizontal / vertical sendo acoplada à poltrona e fixada através de 05 parafusos autoatarraxantes invisíveis, dotada de porta lápis na posição vertical com capacidade de armazenar 05 lápis ou canetas. Prancheta medindo: 56x33,5cm. Poltrona com assento e encosto em resina plástica virgem, atendendo a norma técnica NBR 4006/2008 da ABNT, fabricados pelo processo de injeção termoplástico, fixados por meio de parafusos sextavados, marca do fabricante injetada em alto-relevo deverá estar no encosto. Assento com medidas mínimas 400x460mm e medidas máximas 405x465mm, altura assento/chão 460mm aproximadamente sem orifícios. Encosto com medidas mínimas 400x325mm, sem orifícios e com puxador para facilitar o carregamento da poltrona. Porta livros confeccionado em resina termoplástica de alto impacto, polipropileno, fechado nas partes traseira e laterais cobrindo parte da estrutura que interliga a base do assento aos pés com capacidade de 20 litros aproximadamente. Porta mochila retrátil confeccionado em polipropileno. Sapatas calandradas antiderrapantes envolvendo as extremidades dos pés, desempenhando a função de proteção da pintura prevenindo contra ferrugem, medindo aproximadamente 245x55x40mm e 23x55x40mm, injetadas em polipropileno virgem e presa à estrutura por rebites de alumínio. Base da prancheta formada por um tubo medindo 25x25mm com 1,5mm de espessura e um suporte formado por um tubo 25x25mm com 1,2mm de espessura, posicionado sob a prancheta, sem emendas, sem rugas, dobrado pelo processo de conformação mecânica por dobramento. Estrutura formada por dois pares de tubo oblongo medindo 20x48mm com espessura de 1,5mm que fazem a interligação da base do assento com os pés. Base do assento e interligação ao encosto em tubo oblongo 16x30mm com espessura de 1,5mm totalmente coberto pelo encosto, uma barra horizontal para sustentação sob o assento em tubo 5/8. Uma barra horizontal de reforço em tubo oblongo medindo 16x30mm com espessura de 1,5mm fixada entre uma das colunas que liga a base do assento aos pés. Base dos pés em tubos oblongos medindo 20x48mm com 1,5mm de espessura, em forma de arco com raio medindo no máximo 800mm. Cor da Estrutura: Branca.				

5.1 - Os preços de referência ora apresentados foram estimados com base na média dos preços coletados viabilizados para verificação no mercado dos valores atinentes a contratação deste objeto, conforme coletas de preços anexados nos autos deste processo.

5.2 - O valor estimado para a aquisição possui caráter sigiloso, fundamentado no art. 15. § 1º do Decreto Federal nº. 10.024/2019 e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.2.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas conforme prevê o § 2º do art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESA:

6.1. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso.

6.2. Com base no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

6.3. As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando subordinadas ao respectivo crédito orçamentário.

7. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. MENOR PREÇO POR LOTE.

8. DA FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 - Conforme cláusula quinta da minuta do contrato, mencionada neste termo de referência.

9. VALIDADE E DA VIGÊNCIA

9.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, não podendo ultrapassar 31 de dezembro do corrente ano, contados a partir da Assinatura do Contrato.

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento do produto recebido será efetuado, em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da nota fiscal, diretamente pela secretaria, através de crédito na conta bancária do fornecedor.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Conforme cláusula décima da minuta do contrato, mencionada nesse Termo de Referência.

Alcides



12. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

12.1- Conforme cláusula sétima da minuta do contrato, mencionada nesse Termo de Referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1- Conforme cláusula oitava da minuta do contrato, mencionada nesse Termo de Referência.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização do Contrato será exercida por servidor devidamente nomeado pela secretaria contratante.

14.2 - O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15. DA EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO

15.1 – Habilitação Jurídica

a) NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) EM SE TRATANDO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

c) NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial (não sendo o contrato social consolidado apresentar juntamente todos os aditivos a este) em se tratando de sociedades empresárias: devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

d) NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES: ato constitutivo devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Os documentos listados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

f) Cópia de documento oficial com foto e CPF, de sócio administrador ou do titular da empresa, conforme o caso;

15.2 - Qualificação técnica, conforme o caso:

a) Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo **01 (um) atestado/declaração** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente atualizada, constando o período de fornecimento, de modo a comprovar que a licitante já forneceu, o objeto deste termo de referência ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante.

b) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 15.2 alínea "a" instrumento de nota fiscal respectiva ao qual o atestado faz vinculação.

15.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme o caso:

15.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

15.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

15.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;

Alvan



15.3.4 - Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440/2011.

15.4 – Qualificação econômica - financeira, conforme o caso:

a) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal**, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

I - **Sociedades empresariais em geral:** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

II - **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

III - **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias.

IV - **As empresas constituídas há menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c) Entende-se que a expressão “**na forma da lei**” constante no item 15.4 alínea “b” IV, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).

d) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

e) A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na “**forma da lei**”.

f) Entende-se que a expressão “**na forma da lei**” constante no item 15.4 alínea “b” IV – e, engloba, no mínimo:

I - Balanço Patrimonial;

II - DRE – Demonstração do Resultado do Exercício;

III - Termos de abertura e de encerramento;

IV - Recibo de entrega de escrituração contábil digital (Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018);

OBS: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).

g) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

h) A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.

i) Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

15.4.1 - Apresentar **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;

15.4.2 - Fica dispensado da apresentação das exigências previstas nos itens 15.4 alínea “a” e alínea “i” deste tópico a figura do Microempreendedor Individual (MEI), devendo comprovar e apresentar as demais exigências.

15.5 - OUTRAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes no edital;

Man



- c) Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;
- d) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art.32, §2º, da Lei nº 8.666/93);
- e) Declaração sob as penalidades cabíveis, que é microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

15.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI);

15.6.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEI, ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado as MEI, ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, do mesmo dispositivo na Lei Complementar nº. 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

16. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste termo de referência, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

16.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste termo de referência, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

16.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e suas alterações posteriores.

16.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

16.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

16.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

17. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

17.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

17.1.1. Valor total de cada lote;

17.1.2. Valor unitário dos itens correspondentes de casa lote (quando for o caso);

17.1.3. Marca dos bens/produtos;

17.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

17.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

17.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

17.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através da Secretaria Gestora, representada pela Secretária Ordenadora de Despesa, e o (s) licitante (s) vencedor (es), que observará os termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, do edital e demais normas pertinentes.

18.1.1- Integra o presente instrumento o modelo da Ata de Registro de Preços a ser celebrada.

Man



18.1.2- Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços.

18.2- Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Uruburetama convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra o Edital.

18.2.1- O Licitante Vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Uruburetama.

18.2.2- A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas no Edital.

18.2.3- Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das Propostas de preços, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa ao Projeto Básico.

18.2.4- Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados de acordo como o estabelecido na Minuta do Termo de Contrato e ainda com o recebimento da ordem de compra e da Nota de Empenho pela detentora.

18.2.4.1- A Nota de Empenho/Contrato será encaminhada ao 1º classificado para cada lote da Ata de Registro de Preços, quando da necessidade do fornecimento dos produtos.

18.2.4.2- A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços e Termo de Contrato.

18.2.4.3- O prazo para assinatura dos contratos derivados da Ata de Registro de Preços será de 02 dias úteis.

18.3- Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

18.4- A Ata de Registro de Preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto nos artigos, 57, 58 e 65 da Lei nº 8.666/93.

18.5- A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses.

18.6- A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos produtos do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência do fornecimento dos produtos, em igualdade de condições.

18.7- O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pela contratação do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

18.8- O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos da Comissão de Licitação da Prefeitura de Uruburetama e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

18.9- O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

18.10- O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

18.11- Antes de receber a ordem de compra e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

18.12- Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da Propostas de preços do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

18.13- Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município para determinado item.

18.14- Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

19. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

19.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá a Secretaria de Educação, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos e das especificações dos produtos registrados;
- b) notificar o fornecedor registrado via e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;

Man



- c) observar, durante a vigência da presente ata que nos produtos sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- e) consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em fornecer os produtos a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

20. DA MINUTA DO CONTRATO

MINUTA TERMO DE CONTRATO n° _____.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE URUBURETAMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA _____, COM A EMPRESA _____, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

O MUNICÍPIO DE URUBURETAMA – CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Praça Soares Bulcão n° 197, bairro Centro, Uruburetama/CE, através da Secretaria da _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, neste ato representada pela respectiva Secretária, Sr. _____, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa _____, com endereço à rua _____, bairro _____, cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, representado por _____ (nome e qualificação), portador do CPF n° _____, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, com vinculação ao Edital de Pregão n° ____./____, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 1.1- Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico n° ____./____, em conformidade com a Lei Federal N° 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal n° 10.520, de 17/07/2002, Lei complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n° 147 de 7 de Agosto de 2014, Decreto Federal n° 10.024 de 20 de Setembro de 2019.
- 1.2. Aos casos omissos serão resolvidos pela Secretaria _____, mediante aplicação da Legislação pertinente.
- 1.3- O fornecimento dos produtos será de forma parcelada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

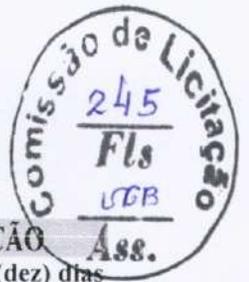
2.1- Constitui objeto da presente contratação a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUBURETAMA, constantes no Anexo I do Edital do processo licitatório referido na cláusula primeira, no qual restou vencedor a Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

- 3.1- O objeto contratual tem o valor de R\$ (.....), a ser pago até o 30 (trinta) dias após a entrega, obedecido o constante no Preâmbulo do Edital de Pregão.
- 3.2- REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, “d” da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.
- 3.3- Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

4.1- O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até a entrega total dos bens, não podendo ultrapassar 31 de dezembro do corrente ano, contados a partir da assinatura do contrato.



CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 5.1. A entrega dos produtos licitados será de forma parcelada, deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da expedição da Ordem de Fornecimento enviada pela Secretaria Competente, no local determinado na mesma.
- 5.2. A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Secretária Ordenadora de Despesa.
- 5.3. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.
- 5.4. Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal.
- 5.5. O produto que não atender às especificações do Edital e que forem recusados pelo servidor responsável pelo recebimento no momento da entrega deverá ser substituído pelo fornecedor no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

- 6.1- As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão a conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento, nas Dotação Orçamentária n°: _____. Elemento de Despesa: n° _____.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 7.1. Fornecer os produtos desse termo contratual até 31 de dezembro do corrente ano, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 7.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 7.4. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos fornecimentos, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 7.5. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;
- 7.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 7.7. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
- 7.8. Aceitar, nas mesmas condições do Pregão, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no FORNECIMENTO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

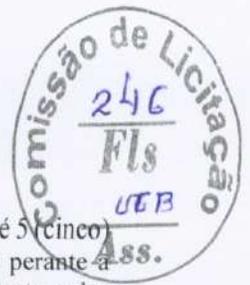
- 8.1- A CONTRATANTE obriga-se:
- Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os materiais.
 - Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.
 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
 - promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados/contratados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado.
 - Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

- 9.1- O pagamento do produto recebido será efetuado, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto contratual, mediante apresentação de atestado de recebimento definitivo, firmado pelo encarregado de recebe-las na forma do edital, acompanhado dos documentos hábeis de cobrança (NOTAS FISCAIS E RECIBOS) que deverão ser entregues diretamente na Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Empreendedorismo.
- 9.2- O pagamento será efetuado diretamente pela Secretaria Competente, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA - DAS SANÇÕES

- 10.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito



prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2- A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Uruburetama prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 10.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

10.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5- As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,00% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8- As sanções previstas no item 10.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com o edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

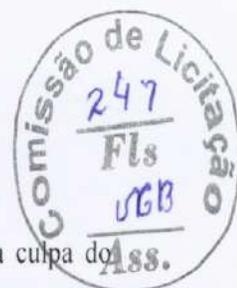
11.1. A rescisão contratual poderá ser:

11.2. No caso de inexecução total ou parcial do contrato, o qual enseja sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, nos termos do art. 77, ficam reconhecidos os direitos da administração, consoante art. 55, IX da Lei nº 8.666/93

11.3. Determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

Man



11.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

11.6. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A fiscalização do Contrato será exercida por servidor devidamente nomeado.

13.2 - O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO

14.1- A publicação do presente Contrato é de responsabilidade do CONTRATANTE e deverá ser efetivada por extrato, no órgão de imprensa oficial Municipal, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

15.2- Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1- Fica eleito o foro da Comarca de Uruburetama, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Uruburetama, ____ de _____ de ____.

Mauel

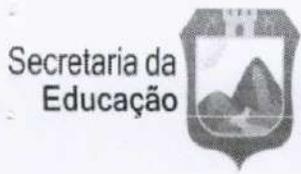
CONTRATANTE

CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1.
NOME: _____
CPF: _____

2.
NOME: _____
CPF: _____



ANEXO AO CONTRATO Nº XXXX.XX/XXXX.XX

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº XXXX.XX/XXXX

OBJETO:

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

VALOR TOTAL:

DOTAÇÃO:

ELEMENTO DE DESPESAS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	UND	QNT	MARCA	VR. UNIT.	VR. TOTAL

Uruburetama, 07 de outubro de 2022.

Adrijane Mesquita Chaves
Secretária da Educação